



**PROGRAMA ELEITORAL
DO BLOCO DE ESQUERDA
ALGARVE 2019**

COMPROMISSOS PARA MUDAR O ALGARVE

Qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e democracia!

Diagnóstico a nível nacional

O Bloco de Esquerda desempenhou um papel determinante para os acordos de 2015 e que culminaram numa nova correlação de forças a nível nacional, levando à formação de um novo governo, assente numa nova maioria parlamentar, à esquerda. Os objetivos desses acordos era o afastamento da direita PSD/CDS do poder, travar o ciclo de empobrecimento do país, combater práticas conservadoras, as políticas de austeridade dos tempos da *Troika* e recuperar direitos e rendimentos para os trabalhadores e suas famílias. Foram criados milhares de novos postos de trabalho e iniciou-se o combate à precariedade na administração pública. Esta legislatura também foi o tempo da conquista de direitos civis, como a reversão de medidas gravosas contra a IVG¹, os avanços na questão da PMA², o respeito pela identidade de género e a legalização da cannabis medicinal. O Bloco de Esquerda foi crucial para a concretização de todas estas medidas e avanços, nem sempre consensuais, mas fundamentais numa sociedade moderna, solidária, inclusiva e progressista.

Embora positivos e importantes, os avanços revelaram-se insuficientes e ficaram muito aquém do que o Bloco pretendia. O governo de António Costa e o PS, à semelhança do governo anterior, continuaram subservientes a Bruxelas, às imposições do Tratado Orçamental, não reestruturaram a dívida e impediram que se implementasse no país uma verdadeira política de esquerda. Os negócios e os potentados económico-financeiros, obscuros e corruptos, com destaque para a banca, as PPP's e as rendas da energia, não foram beliscados. O governo prosseguiu com uma maior subserviência à NATO e às políticas militaristas da Europa. Estagnou a melhoria dos rendimentos, agravou-se o direito à habitação, as manchas de pobreza permaneceram, o combate à precariedade ficou limitado e até aumentou no setor privado. O investimento público foi reduzido e persistiram as dificuldades e a degradação dos serviços públicos, em particular no SNS³, na Escola Pública, transportes e nos CTT. Em algumas áreas o governo guinou para a direita, fazendo acordos com o PSD e o patronato – na descentralização, finanças locais, banca, setor militar e questões laborais. Tarda “a descarbonização” da economia.

Diagnóstico do Algarve

O Algarve, apesar da sua especificidade, reflete o que se tem passado a nível nacional, beneficiando com as políticas positivas e saindo prejudicado com a falta de investi-

mento e com as medidas negativas. Com uma economia assente, em grande parte, na atividade turística e nos serviços, tem visto a precariedade e a exploração laboral agravarem-se nestes setores. O SNS continua a apresentar graves lacunas, enquanto a saúde a nível dos privados tem prosperado. A mobilidade é outra área que continua a sofrer sérios obstáculos, com uma EN125 ainda não requalificada entre Olhão e Vila Real de Santo António, e a persistência das erradas e injustas portagens na Via do Infante, o que só tem contribuído para a manutenção das dificuldades económicas e sociais e o agravamento da sinistralidade rodoviária.

A via férrea regional continua a degradar-se e por modernizar. A pesca artesanal continua a enfrentar sérias dificuldades, e a especulação imobiliária regressou, colocando em risco o que resta da orla costeira e as zonas protegidas do interior da região. A interioridade e a desertificação aumentaram por falta de medidas efetivas e por força dos incêndios na serra algarvia. Um dos aspetos positivos tem a ver com a anulação de contratos para a prospeção e exploração de hidrocarbonetos na região, embora o perigo ainda não esteja definitivamente afastado.

O Bloco de Esquerda prosseguirá no Algarve o combate com determinação à austeridade e às desigualdades (sociais e territoriais), em prol do bem-estar e de uma economia para toda a gente, empenhando-se na criação de condições para responder positivamente à realidade do nosso tempo e a novos fenómenos políticos, sociais e ambientais.

É necessária uma forte votação no Bloco para que a região volte a eleger candidat@s bloquistas para a Assembleia da República.

O Bloco de Esquerda apresenta 6 grandes Compromissos para o Algarve, a levar à prática na próxima legislatura:

1. RESPONDER À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E AMBIENTAL

É urgente responder ao aquecimento global, pois com o clima não se negocia. Revela-se positivo a publicação recente do *Plano Nacional de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas*, o qual se centra na identificação de medidas concretas de adaptação às alterações climáticas em Portugal, por exemplo, na proteção ao litoral, na recu-

1. Interrupção Voluntária da Gravidez
2. Procriação Medicamente Assistida
3. Serviço Nacional de Saúde

peração de solos e na reabilitação da rede hidrográfica.

Torna-se necessária, sem demora, uma mudança estrutural que passa pela transição energética para uma completa e eficaz “descarbonização” da economia. O capitalismo “verde” não serve. Temos que alterar o modo de funcionamento dos transportes, públicos e privados.

Há que ter em conta que 70% das emissões de gases com efeito de estufa tem a ver com o setor da energia e, destes, 24% relacionam-se diretamente com os transportes. O Algarve e o País não necessitam de prospeção e exploração de hidrocarbonetos.

Os incêndios que ocorrem no interior e na serra algarvia, considerados como fenómenos climáticos extremos, são potenciados pelo abandono do território. É preciso efetuar o cadastro da propriedade rústica e a gestão pública das propriedades abandonadas, ou das propriedades cujos proprietários não possuem recursos para essa mesma gestão. É fundamental aumentar os recursos humanos, com programas de incentivo à instalação de famílias jovens, e avançar com políticas diversificadas de reflorestação da serra algarvia, diminuindo as áreas de eucaliptal.

No setor da água, a região não se encontra imune a fenómenos como cheias e secas, não há reutilização das águas residuais nem aproveitamento das águas pluviais, ou é diminuta a produção agrícola com o recurso a baixos consumos de água. A agricultura intensiva que, em diversas situações, leva à exploração dos trabalhadores migrantes, deve ser combatida, incentivando-se, por outro lado, a produção local de pequena escala, a agricultura biológica e os circuitos curtos de comercialização.

As quantidades de chuva nos últimos 6 anos ficaram abaixo da média e no corrente ano praticamente não choveu, pelo que a situação no Algarve já é muito grave. Segundo a *Associação de Regantes do Sotavento Algarve* os níveis das barragens só garantem água até ao final do corrente ano, e no próximo, se não chover com abundância, poderá acontecer uma tragédia.

Por exemplo, a situação no concelho de Olhão é ainda mais grave porque o *Plano de Rega do Sotavento do Algarve* parou em Alfundanga, em que 90% do concelho não recebe água da barragem. As explorações agrícolas são abastecidas por água de furos, mas como os níveis dos aquíferos estão muito baixos, verifica-se a invasão de água do mar, ficando as águas salobras, e muitas vezes com um teor de sal que as torna impróprias para muitas culturas.

Outra das nossas preocupações são os plásticos, bastante prejudiciais à saúde e que precisam de ser banidos do nosso seio de forma gradual. A nível da eletricidade, que é considerada um bem essencial, importa caminhar para a produção de energia para autoconsumo e outros mecanis-

mos que permitam a “microgeração”. O Algarve dispõe de excelentes condições para a produção de energias renováveis, como a solar, eólica e das ondas do mar.

Propostas na área do combate às alterações climáticas:

- Proibir qualquer tipo de prospeção ou exploração de hidrocarbonetos em terra ou ao largo da costa algarvia.
 - “Descarbonizar” os modos de transporte a nível ferroviário e rodoviário, público e privado, garantindo apoios para essa transição energética e beneficiando os transportes públicos.
 - Avançar para o objetivo de dispensar os carros das zonas centrais das cidades de forma gradual, criando alternativas gratuitas, seguras e confortáveis.
 - Efetuar o cadastro de toda a propriedade rústica na região.
 - Promover a reflorestação das áreas ardidas na serra algarvia, reduzindo as plantações de eucalipto e avançando com unidades de gestão florestal.
 - Criar um Corpo de Guardas Florestais e aumentar os Vigilantes da Natureza.
 - Adotar medidas de monitorização dos efeitos dos fenómenos extremos, como cheias, secas e subida do nível do mar.
 - Oposição à privatização da água, com retorno ao sistema público nos municípios que privatizaram os sistemas municipais de água e resíduos, avançar com processos para a sua reutilização a partir de ETAR (regas de jardins e campos de golfe, fins agrícolas e industriais, lavagem de ruas), e garantir água para consumo humano, animal e agrícola.
 - Reduzir o elevado consumo de água para a produção agrícola através da adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis (como a permacultura, por exemplo) e da criação de mecanismos para uma maior eficiência da rega.
 - Modernizar o perímetro de rega dos *Regantes de Silves*, alargar o perímetro de rega do Sotavento do Algarve e aproveitar as águas a montante de Aljezur, provenientes da barragem de Santa Clara (Regantes do Mira).
 - Apostar na construção de centrais de dessalinização com o recurso a novas tecnologias e à utilização de energias renováveis.
 - Limitar a produção agrícola intensiva e reduzir os seus impactos sociais e ambientais.
 - Avançar para o fim do plástico de uso único, reciclar e erradicar os microplásticos.
 - Apostar nas energias alternativas, na produção solar descentralizada em edifícios públicos e para autoconsumo de famílias e empresas, a custos sustentáveis.
 - Construir fogos de habitação pública na região, dotados de eficiência energética.
 - Avançar no sentido da mudança do modelo de aplicação da *Taxa de Gestão de Resíduos*, deixando as taxas cobradas de resíduos sólidos de estar calculadas na proporção do consumo de água.

- Otimizar as infraestruturas existentes com sistemas de secagem de resíduos, por forma a valorizar o *CDR* – combustível derivado de resíduos, que sem este sistema acaba por ir parar ao aterro.

2. SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

O Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, os CTT e outros serviços públicos foram alvo dos maiores ataques por parte do governo PSD/CDS. O atual governo também falhou nestas áreas e o Algarve espelha bem esse falhanço, acentuando o marasmo e mesmo a degradação desses serviços, o que prejudica as populações e favorece os interesses privados.

O SNS no Algarve, particularmente a nível hospitalar, encontra-se à beira da rutura. A transformação do CHA⁴ em CHUA⁵ não melhorou a situação, o investimento é inexistente e as carências nos Hospitais de Faro e de Portimão são muito graves em pessoal médico, de enfermagem, de técnicos auxiliares de diagnóstico e de assistentes operacionais. Não raras vezes, as urgências hospitalares assumem contornos de “verdadeiros caos”. As valências mais críticas são a ortopedia, urologia, oftalmologia, oncologia, anestesiologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, o que, no caso das duas últimas valências, coloca em causa o normal funcionamento das maternidades públicas. O Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul, em S. Brás de Alportel, também continua pelas “ruas da amargura”. Na região ainda existem alguns milhares de utentes sem médicos de família. O número de camas da rede de cuidados continuados e paliativos também se revela insuficiente para as necessidades. Importa salvar e melhorar o SNS no Algarve.

A Escola Pública continua a atravessar sérios problemas e o Algarve não é exceção. Apesar de terem sido tomadas algumas medidas positivas nesta legislatura, ficou-se muito aquém do necessário. A burocratização e o *burnout* na função docente acentuaram-se, faltam profissionais e apoios nas escolas, a gestão escolar continua pesada e unipessoal e o ano escolar terminou com uma profunda desilusão entre os professores.

No que respeita a outros serviços públicos, são necessários investimentos para a reabertura de muitos dos que foram extintos, bem como para melhorar as condições de trabalho e o atendimento aos cidadãos. A não existência de um matadouro na região acarreta grandes dificuldades aos agricultores e aos criadores de gado.

É necessário dotar as forças de segurança de mais meios e melhorar as suas condições de trabalho e salariais, dignificando a profissão e otimizando a prestação de serviço

4. Centro Hospitalar do Algarve

5. Centro Hospitalar Universitário do Algarve

público e de segurança aos cidadãos.

Também é inaceitável que a Administração da RTP tente a deslocalização da Delegação da RTP/Algarve, da atual sede, de que é proprietária, para instalações alugadas no Campus da Penha, ficando assim subalternizada relativamente a outras instituições e piorando o serviço público de televisão e rádio na região e sobretudo as condições de trabalho dos seus profissionais.

a) Propostas na área do SNS a nível regional:

- Defender e promover o serviço público de saúde com qualidade em oposição à sua apropriação pelos interesses privados – neste desiderato, implementar a nova *Lei de Bases da Saúde*, sem o recurso às Parcerias Público-Privadas.
- Defender a exclusividade médica e de outros profissionais no âmbito do SNS.
- Dotar os Hospitais de Faro e Portimão com os recursos financeiros, humanos e técnicos necessários, recuperar valências e idoneidades perdidas ou em graves dificuldades em algumas especialidades, melhorando significativamente a assistência hospitalar e as condições de trabalho dos seus profissionais.
- Aumentar e melhorar a oferta pública de cuidados de saúde na região, com elevados índices de qualidade, com a construção do **Hospital Central do Algarve**, de gestão exclusivamente pública, dando cumprimento ao que foi aprovado na Assembleia da República nesta legislatura.
- Construir o novo Hospital de Lagos, dotando-o dos recursos necessários.
- Dotar o Centro de Medicina Física e Reabilitação de S. Brás de Alportel com os recursos financeiros e humanos necessários.
- Dotar o SNS no Algarve de equipamentos para a realização de exames de Medicina Nuclear.
- Assegurar, a todos os utentes do SNS na região, o direito a médico de família.
- Requalificar, em infraestruturas e equipamentos, os Centros de Saúde e seus Agrupamentos.
- Aumentar o número de camas na rede pública de cuidados continuados e paliativos.
- Reforçar as equipas multidisciplinares de saúde mental nos cuidados de saúde primários, com o aumento do número de técnicos.
- Reforçar a saúde oral no âmbito dos cuidados de saúde primários.
- Melhorar os serviços de tratamento e apoio aos toxicodependentes.
- Eliminar os obstáculos de acesso ao SNS como as taxas moderadoras e o pagamento de transportes não urgentes, e combater as listas de espera contratando mais profissionais.
- Aumentar o número de vagas para formação especializada e facultar formação contínua através das instituições do SNS. Reforçar o papel da Universidade do Algarve na formação e investigação científica, na área da saúde.

- Rever as carreiras dos profissionais de saúde e criar novas carreiras específicas onde façam falta.
- Dar autonomia às unidades do SNS na região, na gestão dos recursos humanos e recursos financeiros.

b) Propostas no âmbito da Escola Pública e da Universidade:

- Acabar com os “mega-agrupamentos” escolares e implementar um novo modelo de gestão das escolas em que o primado dos critérios democráticos e pedagógicos prevaleça sobre critérios administrativos e burocráticos.
- Terminar com o envio de milhares de professores para o quadro de excedentes e garantir a sua vinculação ao sistema de ensino público.
- Continuar a luta para que todos os professores tenham o direito à contagem e recuperação integral de todo o tempo de serviço congelado.
- Manter e até reforçar a autonomia pedagógica das escolas e da profissão docente face a tentativas de controlo por parte dos municípios, no âmbito do processo de descentralização/municipalização de competências.
 - Diminuir o número de alunos por turma.
 - Reforçar a ação social escolar.
 - Possibilitar mais apoios aos alunos com necessidades de saúde especiais, incluindo a criação de materiais pedagógicos diferenciados.
 - Promover uma educação mais inclusiva nas escolas através da contratação de terapeutas, psicólogos e outros técnicos especializados, por forma a dar resposta a todas as necessidades, incluindo para o alargamento da rede de unidades de apoio à inclusão de alunos no âmbito da multideficiência.
 - Ainda no âmbito de uma escola mais inclusiva contratar mais professores para alunos surdos-mudos, e disponibilizar manuais e livros em *Braille* de forma gratuita.
 - Fomentar a abertura de “Escolas de 2ª Oportunidade”, para adolescentes e jovens adultos que abandonaram a escola sem qualificações, na base de parcerias locais voluntariamente constituídas, entre estabelecimentos de ensino, municípios, associações, empresas, etc.
 - Rever o modelo dos *ratios* e contratar mais auxiliares de ação educativa nas escolas e Jardins de Infância (recuperar a especificidade funcional do pessoal não docente), qualificados, para que seja prestado um serviço de qualidade e confiança para toda a comunidade escolar.
 - Promover a revisão do modelo das AEC⁶, CAF⁷ e AAF⁸, de forma a valorizar as atividades lúdicas e eliminar a precariedade dos seus profissionais.
 - Facilitar a aquisição de manuais escolares gratuitos para todo o ensino obrigatório.
 - Responder às necessidades de alargamento do ensino articulado e do ensino artístico.
 - Promover a criação de creches públicas, integradas no sistema de educativo e gratuitas para as famílias. Responder às necessidades reais da população em termos dos horários praticados, tendo em conta a realidade do trabalho

por turnos.

- Criar oferta de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, gratuita e com horários alargados em todos os concelhos, medidas que se traduzem num benefício social, educacional para todas as famílias que delas necessitem.
- Alargar a criação de parques infantis e requalificar os existentes, garantindo a segurança e condições de funcionamento dos mesmos.
- Garantir a gestão pública das cantinas escolares e reabilitar os edifícios escolares degradados na região, incluindo a *retirada das coberturas de amianto ainda existentes*.
- Lutar pela gratuitidade do ensino universitário com a eliminação das propinas, promover a criação de residências universitárias e aumentar os apoios sociais.
- Reforçar o papel da Universidade do Algarve como motor da investigação e conhecimento do desenvolvimento do território, dinamizando projetos inovadores e em articulação com a economia e a sociedade.
- Procurar elevar o nível de formação, educação e qualificação das pessoas adultas, desde o nível da literacia e da educação básica ao do acesso ao ensino superior para maiores de 23, através da expansão de iniciativas e de organizações vocacionadas para estes serviços públicos, nomeadamente com a consolidação de uma rede regional de Cidades Educadoras.

c) Propostas no âmbito de outros serviços públicos:

- Proceder à reabertura das Estações dos CTT encerradas em várias localidades do Algarve e exigir que, após o fim da concessão em 2020, os CTT retornem à órbita do Estado.
- Exigir a reabertura das agências da Caixa Geral de Depósitos encerradas na região, colocando este banco público ao serviço efetivo das populações.
- Pugnar pela construção de um novo edifício para albergar a Direção de Finanças de Faro, com instalações adequadas de trabalho e de segurança para os funcionários e utentes.
 - Tomar iniciativas para a melhoria das condições de trabalho e de atendimento aos cidadãos nas repartições públicas dos Registos e Notariado, de Finanças, do IMT⁹ e de outros espaços públicos, nas diversas localidades do Algarve.
 - Aumentar e diversificar a rede de Balcões e Lojas do Cidadão na região.
 - Abrir um Matadouro Regional Público no Algarve.
 - Dotar as forças de segurança de mais meios e melhores condições, levando à prestação de melhores serviços públicos e de segurança aos cidadãos.
 - Requalificar e modernizar as atuais instalações da RTP/Algarve, melhorando os meios físicos e tecnológicos, dig-

6. Atividades de Enriquecimento Curricular

7. Componente de Apoio à Família

8. Atividades de Animação e de Apoio à Família

9. Instituto da Mobilidade e Transportes

nificando as condições de trabalho e aperfeiçoando o serviço público regional de Rádio e Televisão.

3. MAIS E MELHOR MOBILIDADE

Uma mobilidade facilitada é um fator de combate às assimetrias e desigualdades territoriais e ao atraso na região. A estratégia de mobilidade deverá assentar na sustentabilidade, atendendo às vertentes sociais, económicas e ambientais.

Quando o governo PSD/CDS, com o apoio do PS, introduziu **as portagens na Via do Infante nos finais de 2011**, a mobilidade regrediu cerca de 20 anos no Algarve.

Como se sabe, a Via do Infante foi construída como uma via estruturante para combater as assimetrias e facilitar a mobilidade de pessoas e empresas, com vista a um desenvolvimento mais harmonioso da região. As portagens agravaram as desigualdades e a crise, verificando-se perda de competitividade em relação à vizinha Andaluzia. Além dos prejuízos sociais e económicos regionais, os prejuízos financeiros também são enormes, fruto de uma PPP muito ruinosa para o erário público, pois o Estado, em cada ano que passa, transfere para a concessionária privada entre **30 a 40 milhões de euros**.

Por outro lado, as portagens potenciaram a sinistralidade rodoviária na região, grande parte na EN125, considerada uma “rua urbana” e que, mesmo requalificada, nunca constituirá uma alternativa à Via do Infante. Nos últimos 3 anos o Algarve registou por ano mais de 10 mil acidentes de viação, com muitas vítimas mortais e feridos graves, o que se torna insustentável.

António Costa, reconhecendo que a EN125 constituía um “cemitério”, admitiu acabar com as portagens, promessa que não cumpriu. Nesta legislatura o GP/BE apresentou na Assembleia da República 9 propostas para abolir as portagens, chumbadas por PS, PSD e CDS. **Trata-se de uma luta atual e que deve continuar na próxima legislatura.**

Um outro constrangimento bastante grave em termos de mobilidade na região tem a ver com **a falta de requalificação da EN125 entre Olhão e Vila Real de Santo António**, o que prejudica as populações e tem contribuído para o aumento dos acidentes. As responsabilidades têm que ser partilhadas entre PS, PSD e CDS. O governo Sócrates quando assinou o contrato em 2008 com a concessionária *Rotas do Algarve Litoral*, viabilizou para esta entidade privada elevadas benesses com os chamados pagamentos contingentes.

Já o governo PSD/CDS, em 2015, em vésperas de eleições, numa manobra eleitoral e a pretexto de redução de custos, *renegociou o contrato, lesando gravemente o Estado atra-*

vés da retirada do contrato inicial de diversas variantes e outros troços a requalificar, o que foi uma autêntica trapaçada jurídica, técnica e financeira.

Todas estas situações têm levado à recusa do visto por parte do Tribunal de Contas. O atual governo também não tem respondido atempadamente às solicitações do Tribunal de Contas. A única forma de ultrapassar o impasse existente **é o governo resgatar, com urgência, a concessão entre Olhão e Vila Real de Santo António** e proceder à requalificação desses troços da EN125.

Quanto à ferrovia regional continua por modernizar. Esta modernização não pode evoluir para a privatização ou concessão de linhas e serviços ferroviários na região, pelo contrário deve manter e recuperar a **posse pública nacional do setor**. O atual governo prometeu que a eletrificação da Linha do Algarve começava em 2019, com conclusão em 2021, mas nem os concursos foram ainda lançados. A degradação dos serviços da CP tem-se acentuado, o material circulante é obsoleto, os horários são desadequados e foram suprimidas centenas de ligações entre Vila Real de Santo António e Lagos. Os próprios autocarros de substituição não servem todas as estações e apeadeiros. *Os utentes são assim gravemente lesados nos seus direitos à mobilidade.*

Também é preciso concluir a Ecovia do Litoral/Algarve e criar uma rede de ciclovias na região, uma importante mais-valia para a mobilidade regional.

Propostas para mais e melhor mobilidade na região:

- Defender o primado do transporte público sobre o transporte individual.
- Continuar a luta pela abolição urgente das erradas e injustas portagens na Via do Infante, levando à anulação de uma PPP obscura e lesiva do interesse público.
- Garantir a imediata e total requalificação da EN125, resgatando a concessão entre Olhão/Nascente e Vila Real de Santo António, com responsabilidade política e criminal para quem prejudicou o interesse público.
- Construir todas as variantes à EN125 e outros troços que constavam no contrato inicial da concessão de requalificação da via em 2008.
- Assegurar a requalificação e melhoramento da EN124 e de outras acessibilidades regionais.
- Proceder à modernização/eletrificação da linha ferroviária regional, incluindo o material circulante, com ligações à Andaluzia, ao Aeroporto e à Universidade.
- Defender a manutenção da posse e gestão pública das linhas do Algarve e nacionais.
- Pugnar para que os horários dos comboios respondam às necessidades das populações, quer nas ligações regionais quer para outros pontos do país, incluindo nas ligações intermodais com outros tipos de transporte.
- Apostar na ferrovia como transporte coletivo de passa-

geiros e no transporte ferroviário e marítimo para o transporte de mercadorias.

- Criar uma infraestrutura *tram-train* no Algarve, conforme consta no *Plano Ferroviário Nacional* apresentado pelo Bloco de Esquerda.

- Concluir a Ecovia do Litoral do Algarve, que liga Sagres a Vila Real de Santo António (o troço faz parte da *EuroVelo1*, uma rota ciclável transeuropeia que começa na Noruega).

- Criar uma rede de ciclovias com ligações às Ecovias do Algarve (Ecovias do Litoral, do Guadiana, da Costa Vicentina e do Interior, esta também conhecida por *Via Algarviana*), privilegiando o uso da bicicleta.

- Criar o passe intermodal regional gratuito para alunos do ensino obrigatório.

4. DIREITO AO TRABALHO COM DIREITOS

Ao longo desta legislatura foram criados no país cerca de 500 mil empregos, incluindo alguns milhares no Algarve. Foi iniciado um sério combate à precariedade na administração pública, no âmbito do PREVPAP, cujos resultados ainda são limitados (foram integrados cerca de 16 mil precários a nível nacional). Todavia, a precariedade aumentou no setor privado onde 22% dos trabalhadores dispõem de um contrato precário, dois terços entre os jovens (a nível nacional). A estas antigas formas de precariedade juntaram-se o *outsourcing* e a “uberização”.

A ocupação laboral por via do trabalho temporário alargou-se a novos setores. Apesar do aumento de postos de trabalho que se tem verificado, no entanto, continua a haver despedimentos na região, muitos dos quais nem a legislação respeitam. É exemplo mais recente o anúncio pela *Ryanair* da pretensão de despedir cerca de 100 trabalhadores que emprega no Aeroporto de Faro. Outros despedimentos há cujo processo está em aberto desde há anos, como é o caso dos trabalhadores da *Alicoop*, cuja situação se agrava ainda mais.

Sabendo-se que o turismo cumpre um papel estruturante na economia algarvia, tal não deve significar desregulação, aposta na massificação balnear e no turismo náutico e, como consequência, o abandono das economias locais (pesca, agricultura e exploração da floresta local - ex. cortiça, indústria conserveira, comércio tradicional) em função dos interesses de alguns e da submissão do emprego às lógicas flutuantes do mercado aberto do setor (precariedade, desemprego sazonal, risco de desemprego no futuro).

Nem tão pouco é o que corresponde à filosofia de desenvolvimento consignada nos documentos estruturantes para a região.

No Algarve, onde o turismo de sol e praia continua a ser a atividade dominante, **a chaga da precariedade** também

aumentou no setor privado, particularmente na restauração, hotelaria e serviços. A exploração laboral intensificou-se, os direitos sindicais são espezinhados e os aumentos salariais praticamente não existem, não obstante as elevadas receitas do turismo nestes últimos anos.

Também continua a persistir na região a sobre-exploração ilegal de trabalhadores imigrantes, auferindo salários baixos e sem quaisquer direitos sociais, em particular na agricultura.

Há que afirmar no Algarve a centralidade do direito ao trabalho para todos e do trabalho com direitos, repondo na legislação laboral tudo o que foi retirado aos trabalhadores durante o governo PSD/CDS.

Propostas bloquistas na área do trabalho e do combate à precariedade:

- Avançar no sentido do Pleno Emprego para todos, com salários e direitos laborais dignos.

- Reforçar o combate à precariedade tanto no setor público, como no setor privado, restringindo a utilização dos contratos a prazo e recibos verdes.

- Combater o recurso fácil de muitas empresas ao despedimento coletivo ou individual. Exigir a aplicação da lei, evitando o abuso de despedimentos sem justa causa e pugnando para que as empresas lucrativas não possam proceder a despedimentos. A responsabilidade social das empresas não deve ser esquecida.

- Fiscalizar e punir os abusos de exploração no trabalho no setor do turismo, incentivando práticas de respeito pelos direitos laborais (luta contra a precariedade, remuneração justa e equilibrada no género e na especialização, regulação da flexibilização excessiva e da prática de horários de trabalho abusivos).

- Pugnar por novas leis de combate ao trabalho precário e ao falso *outsourcing*, bem como pela diminuição do recurso a empresas de trabalho temporário, lutando pela sua extinção.

- Garantir mais direitos aos trabalhadores por turnos, alargar os direitos de parentalidade, os direitos em situação de doença e no acompanhamento de pessoa dependente.

- Aumentar o **Salário Mínimo Nacional** a um ritmo superior ao verificado entre 2016 e 2019.

- **Uniformizar as condições laborais entre os setores público e privado com a redução do horário de trabalho semanal para as 35 horas para todos.**

- Reafirmar o primado da contratação coletiva e do sistema coletivo de relações laborais, garantindo o fim da caducidade unilateral e a reposição do tratamento mais favorável ao trabalhador, assim como repor na legislação laboral tudo o que foi retirado aos trabalhadores nos tempos da *troika*, alterando o Código do Trabalho.

- Garantir na lei o subsídio de alimentação para todos os trabalhadores do setor privado, com valor mínimo igual

ao do público.

- Reforçar a *Autoridade para as Condições de Trabalho* com a contratação de mais recursos humanos e conferindo-lhe mais poderes.

- Continuar a apoiar os ex-trabalhadores do *Grupo Alicoop/Alisuper* nas suas justas reivindicações, recuperando tudo o que pagaram indevidamente e desonerando-os de todas as dívidas.

5. O DIREITO À HABITAÇÃO - UM PILAR DO ESTADO SOCIAL

Em Portugal apenas 2% da habitação é pública, o que contrasta com os 20% na Dinamarca ou 35% na Holanda. Desde 2012 que se tem vindo a alterar no país o uso da habitação, o que torna os inquilinos extremamente vulneráveis. Sem o necessário investimento em habitação pública, as alterações no arrendamento privado constituem uma tragédia para as pessoas que vivem do rendimento do seu trabalho. Em simultâneo, ocorreu um aumento da procura turística e especulativa internacional, tornando a habitação ainda mais vulnerável à cobiça do lucro rápido e fácil, primeiro dos proprietários nacionais e, ultimamente, dos grandes especuladores internacionais. **O setor continua desregulado.**

É preciso acabar de vez com a famigerada “Lei Cristas”, que o atual governo não teve coragem para anular. No entanto, nesta legislatura foram dados alguns passos positivos na área da habitação, com o contributo do Bloco de Esquerda, como o direito de preferência dos inquilinos em caso de venda do fogo, a penalização do *bullying* dos senhorios sobre os inquilinos, uma moratória à execução dos despejos até final do ano e a recente aprovação da Lei de Bases da Habitação, com os votos contra da direita. Mas o governo e a direita não deixaram que houvesse grandes avanços. É preciso aprofundar a Nova Geração de Políticas de Habitação.

No Algarve, tal como em grande parte do país, há uma carência grave de habitações para viver, em particular para as famílias de fracos rendimentos e para os jovens casais que querem constituir família. Não há políticas públicas de habitação de âmbito nacional, ou municipais, e as rendas são muito elevadas. Em muitos casos, o parque habitacional municipal encontra-se degradado e tarda a sua requalificação. É preciso que na região seja reforçada a resposta às carências habitacionais no âmbito do programa “Primeiro Direito” e concretizar, sem demora, o que define a Lei de Bases da Habitação.

O Alojamento Local passou a ser um verdadeiro negócio lucrativo, beneficiando de um regime fiscal extremamente favorável, competindo com a oferta de habitação para

os residentes. Por cada 1 000 euros de rendimentos, resultam apenas 87,50 euros de impostos, enquanto num arrendamento tradicional, para o mesmo rendimento, o proprietário pagará 230 euros de imposto. É preciso fazer a diferenciação entre quem aluga como complemento dos seus rendimentos e quem aluga como negócio de maior dimensão.

Propostas na área da habitação para o Algarve:

- Assegurar forte empenho para a implementação urgente da Lei de Bases da Habitação, recentemente aprovada na Assembleia da República. A habitação está consagrada na Constituição da República como um direito fundamental, é um pilar do estado social. Segundo a Lei de Bases, “o Estado é o garante do direito à habitação”, indicando que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

- Apoiar a LBH¹⁰, o direito à habitação para todos, devendo o Estado e as Autarquias investir na construção e reabilitação de habitações para arrendamento acessível.

- Exigir, de acordo com a LBH, criação de subsídios para os cidadãos que não tenham condições de aceder ao mercado privado de habitação, para os jovens, para famílias monoparentais ou numerosas em situação de especial vulnerabilidade económica.

- Exigir também “medidas de proteção especial” para jovens, cidadãos portadores de deficiência, pessoas idosas e famílias com menores, monoparentais ou numerosas e ainda “proteções adicionais” para os sem-abrigo, menores vítimas de abandono ou maus tratos, vítimas de violência doméstica, de discriminação ou marginalização habitacional.

- Tomar medidas de proteção em situações de despejo para os cidadãos ou famílias, assim como garantir o cumprimento de outras medidas preconizadas pela Lei de Bases de Habitação.

- Criar incentivos fiscais ou outros para fomentar o arrendamento estável e de longa duração.

- Conceder apoios aos senhorios de baixos rendimentos no arrendamento da casa no âmbito da manutenção dos contratos e das rendas para pessoas com dificuldades económicas, idade superior a 65 anos ou incapacidade superior a 60%.

- Garantir que as novas urbanizações prevejam uma quota para habitação a preços controlados e/ou um programa de habitação social.

- Aplicar na região, com medidas próprias concelho a concelho, a legislação já aprovada sobre o alojamento local, procurando distinguir entre o alojamento para negócios de arrendamento e o de complemento ao rendimento familiar (uma das formas de combate ao alojamento local é limitar o número de licenças por pessoa/empresa e edifício).

- Criar Gabinetes municipais de fiscalização, com com-

petências na definição e regulação do número máximo de licenças de alojamento local para cada rua/empreendimento e a urgente redefinição do impacto no espaço público (estradas, estacionamento, depósito de lixo, poluição sonora e consumos de água e luz).

6. ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA EM SOCIEDADE

O Algarve só terá futuro se assentar num desenvolvimento sustentável e se a sua economia for diversificada e abranger toda a gente, proporcionando uma qualidade de vida para todos, sem exclusões. Nos compromissos anteriores, elencados neste Programa Regional, encontram-se subjacentes, com maior ou menor dimensão, a economia, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. Neste Compromisso em concreto importa mencionar outras matérias referentes ao Algarve, que os deputados do Bloco de Esquerda irão defender na Assembleia da República:

a) Criação da Região Administrativa do Algarve

O Bloco de Esquerda concorda com o que preconiza a Constituição da República, desde 1976 – a descentralização de competências para as autarquias locais, órgãos eleitos diretamente pelas populações, como as freguesias, os municípios e as regiões. O processo de descentralização em curso, um negócio entre o governo, PS e PSD é um embuste, pois trata-se de uma municipalização de competências, visto faltar a criação das Regiões Administrativas. *O poder central está a desresponsabilizar-se de competências de serviços de âmbito universal, o que só vai degradar e tornar mais difícil o acesso a esses serviços por parte dos cidadãos, faltando por outro lado a regionalização.* **O Bloco deve continuar a combater a municipalização dos serviços sociais de acesso universal.** Regionalizar significa democratizar e desburocratizar o aparelho do Estado. *A Comissão Técnica para a Descentralização defende a implementação da Regionalização na próxima legislatura, medida que o Bloco de Esquerda apoia, devendo ser criada a Região Administrativa do Algarve em 2021, um fator da valorização da identidade da região, de combate às desigualdades territoriais, de reforço da democracia e do cumprimento da Constituição da República.*

b) Diversificação das atividades económicas

A indústria turística do Algarve deve continuar a ser vista como um recurso fundamental da região, mas é inaceitável que os enormes lucros do turismo, da hotelaria e das atividades afins não revertam para o desenvolvimento e diversidade económica da região, nem para a clara melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores. Para que isso aconteça são indispensáveis novas regras que imponham

medidas de cobrança fiscal, a nível nacional, regional e autárquico, bem como uma maior dimensão nos projetos comunitários de apoio.

Tal significará um desenvolvimento equilibrado e sustentável, potenciando a criação de mais e melhor emprego. A própria oferta turística deve ser diversificada e de qualidade, articulando o setor com as economias locais e com a preservação do património natural e cultural (**redução do impacte negativo de uma pressão turística massificada**).

Devem ser feitos investimentos nas atividades tradicionais ligadas ao aproveitamento dos recursos naturais da região e de outras atividades, como pesca, aquacultura, viveirismo, agricultura, pecuária e floresta. A pesca e a agricultura tradicionais devem ter em conta princípios ecológicos e facilitar o escoamento de produtos de qualidade nos pequenos mercados locais. Apostar no desenvolvimento de velhas e novas culturas agrícolas e florestais, como os citrinos, frutos secos, mel, azeite, medronho, aromáticas, orientadas para uma produção certificada e para nichos de mercado.

Para a concretização de todos estes investimentos é indispensável, por um lado, travar o domínio das grandes empresas de distribuição que procedem a uma parte significativa do comércio alimentar e de retalho e condicionam a produção local agrícola, pecuária e piscícola, com a imposição de preços de produção e colocação no mercado de produtos em grande medida estrangeiros. Por outro lado, devem ser-lhes exigidas contrapartidas que passem pela retenção na região de parte dos lucros realizados por essas empresas, bem como o estabelecimento de condições e preços favoráveis ao desenvolvimento da economia local.

Além das atividades tradicionais e dos serviços, a estratégia de desenvolvimento que o Bloco de Esquerda propõe assenta na fixação das novas indústrias diretamente ligadas ao conhecimento científico, às tecnologias, à produção de energias renováveis, aproveitando três fatores endógenos fundamentais: **a Universidade do Algarve, o Aeroporto de Faro e a Atratividade do Algarve para fixar novas populações.** A Universidade do Algarve, através de mais investimento público, deve ser potenciada como um polo central de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, com uma grande ligação ao tecido empresarial, devendo constituir um fator de atratividade que incentive o desenvolvimento da região nas áreas do ensino e da investigação.

É necessário apostar na valorização económica, social e ambiental do Barrocal e Serra algarvios, no sentido da promoção de uma política de desenvolvimento sustentável que contribua para um maior equilíbrio na distribuição da população da região e na complementar utilização de recursos (combate ao envelhecimento e ao êxodo rural, diversificação da oferta turística, incentivos ao investimento e ao emprego).

Devem ser criados incentivos fiscais para as micro e pequenas empresas, como a diminuição do IRC e outros incentivos, como forma de contribuir para o reforço e diversificação do tecido empresarial do Algarve.

No âmbito da diversificação das atividades económicas é fundamental a criação da *Administração dos Portos do Algarve*, inteiramente pública, e que integre os portos comerciais de Portimão e de Faro e outras infraestruturas portuárias, conforme já foi aprovado na Assembleia da República por proposta do Bloco. Devem ter lugar, quanto antes, as obras de requalificação e de melhoria das acessibilidades e infraestruturas marítimas do Porto Comercial de Portimão e ser reforçado o Porto Comercial de Faro, alavancando o transporte de mercadorias e de passageiros, este último no segmento do turismo de cruzeiros.

c) Defesa sustentável das atividades pesqueiras

No âmbito da diversificação económica, merece destaque para o Bloco a defesa das atividades ligadas à pesca, viveirismo e marisqueio e, muito em particular, da pesca artesanal na região. O que passa igualmente pela defesa sustentável dos recursos piscatórios. Rever a legislação sobre a pesca lúdica na Costa Vicentina. As áreas de aquacultura não devem colidir nem pôr em causa a atividade piscatória. É imperiosa uma maior fiscalização por parte das autoridades para impedir a atividade ilegal e a destruição das artes de pesca por parte das embarcações espanholas. Bem como acompanhamento e controlo das concessões de pesca japonesas e outras.

O *Acordo Fronteiriço do Guadiana* precisa de ser revisto, pois, como se encontra, prejudica o nosso país. É preciso requalificar os portos de pesca e as lotas que se encontram degradadas, desassorear com urgência portos, barras e canais que prejudicam as atividades da pesca. Implementar medidas de combate eficazes à poluição na Ria Formosa. Apoiar a renovação da frota de pesca costeira e artesanal, que se encontra envelhecida e não pensada de forma ecológica e sustentável (problemas de sustentabilidade da atividade e dos recursos), e apoiar a formação/qualificação dos seus profissionais. Construir um Porto de pesca em Tavira e criar uma *Empresa Pública de Dragagens*.

d) Defesa das áreas naturais e protegidas e outras áreas sensíveis

Nesta área, pugnar pela defesa e conservação das áreas naturais e protegidas da região, eliminando os focos de poluição e salvaguardando as espécies animais e vegetais, sem descurar os interesses das populações locais, com destaque para a Ria Formosa, a Ria de Alvor, o Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António, a Lagoa dos Salgados, a Lagoa de Almargem, o Paúl de Budens, a Fonte de Benémola, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e

da Costa Vicentina e outros parques com estatuto de proteção. Proteger outras áreas ambientalmente sensíveis, como as Alagoas Brancas, em Lagoa, e a zona conhecida como João D'Arens, em Portimão, entre outras. Combater a especulação imobiliária e os megaprojetos turístico-imobiliários, não permitindo construções na orla litoral e outras zonas sensíveis do Algarve.

Revogar a atual legislação sobre os PIN/Projetos de Potencial Interesse Nacional, impedindo que estes se sobreponham em zonas de REN, RAN, Rede Natura 2000 e outras áreas protegidas e sensíveis (um desses PIN é o projeto megalómano denominado Cidade Lacustre de Vilamoura). Cativar para o erário público as mais-valias resultantes da alteração dos usos do solo para combater a especulação fundiária. Promover o desassoreamento sustentável do rio Arade, entre Portimão e Silves, e da ria de Alvor.

Relativamente aos parques naturais e outras áreas protegidas, devem ser implementadas medidas de compatibilização da proteção da natureza com a ocupação populacional e respetivas atividades autóctones, como forma de tornar a conservação da natureza e biodiversidade mais efetiva e de promover a qualidade de vida das populações.

Por outro lado, proceder a intervenções urgentes nas infraestruturas patrimoniais em risco no litoral do Algarve, de que é exemplo a Fortaleza de Cacela Velha, relacionadas com o desmoronamento de arribas, assoreamento de barras e canais e destruição dos cordões dunares da Ria Formosa. E exigir a concretização de um Plano de reposição de cordões dunares e de dragagens de todas as barras, canais e portos gravemente assoreadas no Algarve, com destaque para as áreas da Ria Formosa e da Ria de Alvor, conforme aprovado na Assembleia da República.

e) Democratizar o acesso à cultura

A cultura, mesmo com o atual governo, continuou a ser um parente pobre. Nem todos têm direito à cultura, em pé de igualdade e o seu acesso precisa de ser democratizado. **Continua muito distante a meta de 1% a atribuir à cultura nos Orçamentos de Estado.** A prática e acesso culturais em Portugal têm sido sempre insuficientes, num quadro em que 80% da população não participa em qualquer atividade cultural e onde a televisão é o único meio de fruição cultural, para metade dos portugueses.

No Algarve verifica-se uma forte viragem do setor da cultura para o turismo de massas, excluindo as populações e abandonando formas e conteúdos emergentes de forte cariz regional. A falta de estratégia para a rede de equipamentos culturais existentes na região, que sofre de uma sangria de meios técnicos e recursos humanos, acentua a precarização dos profissionais do setor.

Torna-se necessário apostar numa visão estratégica e integrada, tanto para a captação de recursos financeiros,

técnicos e humanos, como para o seu financiamento sustentável, assentes no património da região, que apoiem a criação cultural e promovam manifestações artísticas de qualidade. Importa investir na promoção e no papel pedagógico e científico dos parques naturais, reservas, sítios de interesse paisagístico e ecológico e conjuntos de elementos do património material e imaterial (monumentos, particularidades arquitetónicas, usos e costumes, artes populares).

Há que valorizar a identidade e a história patrimonial e cultural do Algarve, de que é exemplo a Dieta Mediterrânica, qualificada pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, a qual deve ser potenciada, de modo a aprofundar o conhecimento etnográfico regional e a constituir uma alavanca económica. A aposta no turismo cultural, além de limitar a sazonalidade, contribui para o desenvolvimento sustentável da região.

É fundamental promover a realização de eventos culturais em zonas do interior algarvio, privilegiando a população residente, incluindo os estrangeiros que nelas moram, e atraindo visitantes. Incentivar uma política cultural que privilegie uma agenda de espetáculos teatrais regulares profissionais e amadores, a custos suportáveis, colmatando deste modo várias lacunas existentes nos concelhos.

Torna-se indispensável apostar numa cultura com direitos, valorizando o papel dos criadores com a promulgação de uma *Lei de Bases da Cultura e do Estatuto do Artista* (estatuto do trabalhador das artes e do audiovisual), para maior proteção social, e pugnando por condições dignas de trabalho para os técnicos do setor. As infraestruturas culturais devem estar ao serviço das populações, democratizando o acesso à cultura e ao património.

f) Defesa intransigente das minorias

Uma outra preocupação do Bloco de Esquerda será a defesa intransigente de todas as minorias - comunidade LGBTI+, imigrantes, populações das ilhas-barreira, comunidades de etnia cigana, vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência, excluídos e outras minorias. São tempos sombrios aqueles que ameaçam o mundo com o avanço do populismo e da extrema-direita. Trump, Bolsonaro, Salvini, Orbán e outros que tais, mesmo em Portugal, vertem discursos de ódio e atacam as minorias e os seus direitos, por serem imigrantes, por diferenças étnicas, ou por serem LGBT. É intolerável que alguém seja discriminado em razão da sua orientação sexual.

i) No âmbito da comunidade LGBTI+ deve ser combatida e prevenida toda e qualquer discriminação que envolva estas pessoas. Deve ser reforçada a proteção dos seus direitos com a apresentação de medidas nesse âmbito, adotando uma lei-quadro antidiscriminação, inclusiva e transversal. Garantir o acesso a cuidados de saúde às

pessoas trans e intersexo e garantir direitos básicos (como o respeito pela colocação de acordo com o género da pessoa, nos hospitais, estabelecimentos prisionais, etc...). Importa educar e sensibilizar na escola, mas também desenvolver ações de formação para a administração pública. E garantir gabinetes de informação e apoio para pessoas LGBTI e que os seus direitos sejam efetivamente incluídos e implementados nos planos municipais para a igualdade e não discriminação.

ii) Quanto aos imigrantes, devem os mesmos ser protegidos como cidadãos de pleno direito, com acesso à educação, saúde, segurança social, com salários dignos, vivendo em habitações dignas e fazendo os seus descontos de forma legal. Deve ser reforçada a ACT com mais meios e haver mais ações inspetivas por forma a combater as atividades ilegais de determinados patrões. Pugnando por uma nova Lei de Imigração, de filosofia humanista, e reconhecer o direito de voto a todos aqueles que sejam titulares de autorização de residência no país.

iii) As populações das ilhas-barreira também devem ser defendidas relativamente a quaisquer tentativas arbitrárias de colocar em causa o seu modo de vida nos núcleos populacionais, como, por exemplo, novas demolições de habitações. Deve ter lugar um adequado ordenamento com a construção e melhoramento das acessibilidades e infraestruturas básicas de habitabilidade. A pretexto de um melhor ordenamento e da renaturalização das ilhas, estas populações têm sido severamente fustigadas por sucessivos governos com a demolição de habitações, enquanto são construídos e permanecem intocáveis *resorts de luxo* em domínio público marítimo.

A defesa do afastamento das populações da linha de costa, preconizada por sucessivos governos, assenta no fundamentalismo pseudoambientalista sendo que, o que se pretende é a eliminação dos núcleos populacionais das ilhas-barreira, porventura, em troca de projetos e negócios de lucro fácil, livres da incómoda "arraia-miúda".

O que não quer dizer que não se devam tomar medidas preventivas para atenuar e atrasar as consequências das alterações climáticas, como o avanço das águas do mar. Devem ser elaborados planos de ordenamento costeiro que mitiguem os efeitos das alterações climáticas.

É preciso ter presente que não foram as comunidades tradicionais residentes no litoral que criaram uma pressão negativa nessas zonas, antes pelo contrário, até conciliaram os seus modos de vida na articulação estreita com os recursos locais, num equilíbrio ambiental aceitável ao longo de séculos. Os verdadeiros responsáveis por essa pressão têm sido os grupos de interesses relacionados com o *boom* turístico, desregulado, que afetou e continua a afetar o Algarve, sem o devido cuidado com a sustentabilidade (a especulação imobiliária e dos solos, mas também todo o tipo de negócios relacionados que apostam no lucro fácil e que apregoam o aumento da procura turística relacionada com o sol e mar), o que gera impactos negativos bem

conhecidos.

É possível compatibilizar a existência e os modos de vida das comunidades com a defesa e a sustentabilidade ambiental das ilhas-barreira. **E todos aqueles que desejarem devem ter a possibilidade de fruição das ilhas e das respetivas praias.** Todos os núcleos populacionais da Ria Formosa devem ter a mesma igualdade de tratamento, não sendo permitidas situações de discriminação. Também deve haver fiscalização relativamente ao arrendamento abusivo.

iv) Quanto às comunidades de etnia cigana devem ser definidos programas a nível nacional, que, em articulação com as autarquias, visem a integração na sociedade destas comunidades, as quais, se tiverem acesso a direitos sociais, como saúde, educação, habitação, trabalho, em pé de igualdade com os outros cidadãos, ficam em melhores condições de integração. Os sucessivos governos, nacionais e locais, é que têm falhado na sua integração. **“Ninguém deve ser considerado estranho, nem considerar-se estranho”.**

v) Os deputados bloquistas eleitos pelo Algarve também defenderão, de forma intransigente, todas as vítimas de violência doméstica e de género, com destaque para as mulheres, as crianças e os idosos. Na Assembleia da República defenderão todas as leis que preconizem um efetivo combate à chaga da violência doméstica que grassa no país e que continua a aumentar. **No passado dia 29 de julho o país já contabilizava 19 vítimas de violência doméstica (17 mulheres, um homem e uma criança).** Em 2018, Portugal registou 28 femicídios, uma tragédia imensa a que é preciso pôr cobro.

Nesta área, deve ser reforçado o apoio às vítimas de violência doméstica no decorrer dos processos judiciais, “de modo a afastar os agressores e não as vítimas”, e alargar as respostas de atendimento e as respostas municipais de habitação. Deve ser modificada a natureza do crime de violação para crime público e deve ser instituído o Estatuto de vítima de violência doméstica para as crianças. Quando há famílias em disrupção, existem crianças em risco de violência no interior da célula familiar. Opressor e oprimido convivem no mesmo espaço e com o mesmo orçamento, mas essas crianças e jovens pouco contam para a equação do bem-estar físico e psicológico. A intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens não tem sido suficiente para mitigar esta dura realidade, que se entrecruza com carências económicas, consumos excessivos de álcool, medicamentos e drogas, etc.

A igualdade de género passa pelo reforço do acesso ao planeamento familiar e aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, devendo instalar-se em cada agrupamento de centros de saúde um “ponto focal sobre IVG e planeamento familiar”.

vi) No domínio das pessoas com deficiência a discriminação ainda assenta numa realidade brutal, apesar de alguns

avanços nestes últimos anos. Por exemplo, se o desemprego desceu cerca de 35% entre 2011-2017, aumentou 24% entre as pessoas com deficiência. É tempo de abandonar as políticas assistencialistas e institucionalizadoras e cumprir o que preconiza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Na próxima legislatura devem ser cumpridos os seus direitos, executar uma lei de assistência pessoal no âmbito da vida independente, convergência do rendimento disponível com o valor do salário mínimo nacional e diminuir a idade mínima para a aposentação destas pessoas.

vii) É sabido que a esmagadora maioria de ex-militares, hoje já com mais de 60, 70 anos, foi arrancada brutalmente às suas famílias pelo regime salazarista e atirada à força para uma guerra colonial injusta e criminosa, que durante mais de uma década teve lugar em terras de África, provocando um sofrimento inaudito e milhares de mortos e mutilados de ambos os lados. Grande parte desses ex-combatentes vive hoje com reformas miseráveis, que em nada dignificam a sua parca existência, agravada em muitas situações pelas doenças contraídas na guerra. Afigura-se assim necessário a adoção de algumas medidas que compensem parte desse sofrimento. Na próxima legislatura o Bloco de Esquerda voltará a apresentar propostas para a criação do *Estatuto do Antigo Combatente*, que o atual governo se comprometeu criar, mas que retirou à última hora.

Entre outras medidas, os deputados bloquistas voltarão a debruçar-se sobre a criação do Balcão Único da Defesa, a Rede Nacional de Apoio, o Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar e o Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares, sem esquecer a elaboração de uma “Magna Carta” preconizada pela *Associação dos Deficientes das Forças Armadas*.

g) O Bem-estar animal como exemplo de humanidade

Nesta área, há que prosseguir as políticas que reforcem a proteção e o bem-estar animal. Assim, devem ser proibidos todos os apoios públicos a eventos tauromáquicos e a outros espetáculos que submetam os animais a sofrimento e tortura. Reconversão das praças de touros em espaços culturais e inclusão das associações de proteção de animais na lei do mecenato.

Deve ser melhorada a Rede de Centros de Recolha Oficial, disponibilizando os apoios necessários a todas as Câmaras Municipais e que responda às necessidades de esterilização controlada de animais de rua, errantes e de companhia. Proibição de espetáculos de circo com animais e criação de abrigos para receber animais domésticos e selvagens, não se permitindo a entrega a quem maltratou, ou abandonou os animais. Reforço da proteção de espécies em vias de extinção e não permitir a caça de espécies em decréscimo acentuado.

Devem ser criados dois centros veterinários públicos na

região, de modo a garantir tratamentos de especialidade a animais de companhia, permitindo que pessoas com menos posses ofereçam aos seus animais uma qualidade de vida satisfatória, de acordo com a nova legislação.

O Estado, ao legislar sobre os direitos dos animais, deve garantir o acesso a serviços públicos que permitam a satisfação do espírito legal implementado. Um animal errante atropelado não tem assistência pública de qualquer tipo, dependendo da caridade privada ou associativa para ser tratado num veterinário privado. Do mesmo modo, alguém com poucos recursos não pode despende o dinheiro de uma consulta privada para tratar uma doença do seu animal.

h) A luta contra a corrupção

Os deputados do Bloco eleitos pelo Algarve terão, como uma das suas preocupações centrais, o combate sem tréguas à corrupção, de âmbito nacional, regional ou local. A corrupção é o pântano da economia e encontra-se presente na cultura do laxismo, na atribuição de luvas, nos obstáculos à investigação, no favorecimento e tráfico de influências, na especulação imobiliária, na fraude fiscal, nos contratos e ajustes diretos de conveniência, nos milhões escondidos nos *offshores*.

O combate à corrupção terá que ser implacável. Esta prioridade deverá ser assumida pelo Bloco em toda a sua plenitude. Como não há espaços vazios em política, seria muito negativo para a sociedade e a democracia que os populismos e extremismos de direita capitalizassem apoios na luta contra a corrupção. O Ministério Público e a Polícia Judiciária devem ser dotados de meios humanos, técnicos e financeiros para um combate eficaz e atempado à corrupção.

Um dos aspetos onde existem fortes indícios de corrupção prende-se com os contratos obscuros e ruinosos que envolvem as PPP's rodoviárias, de que são exemplos gritantes as PPP's da Via do Infante (implementação de portagens) e da Rotas do Algarve Litoral (requalificação da EN125). Uma das características destes contratos são as rendas por disponibilidade, em que os privados recebem milhões do Estado por terem as estradas disponíveis. Uma outra forma em que a então Estradas de Portugal ultrapassou a recusa de visto do Tribunal de Contas, foi através da celebração de contratos paralelos e de "pagamentos contingentes" aos privados. As PPP's rodoviárias a nível nacional delapidam o Estado em cerca de 1 500 milhões de euros, em cada ano que passa. As PPP's da Via do Infante e da Rotas do Algarve Litoral integram-se nos maiores crimes económicos, sociais e financeiros que se praticam no Algarve. É imperioso a sua anulação e os responsáveis punidos.

A especulação imobiliária continua a ser uma norma na região e deverá ser combatida com tenacidade. A especula-

ção imobiliária é uma corrida desenfreada que inflaciona o preço dos solos e das casas e o que se impõe é a cativação das mais valias resultantes da alteração administrativa do registo dos terrenos.

Estes são alguns exemplos de casos de corrupção que os deputados bloquistas eleitos pelo Algarve se propõem combater.

O Programa Eleitoral 2019 do Bloco de Esquerda / Algarve tem como mote a redefinição da vida em sociedade, como um compromisso de cidadania, um compromisso de reforço da democracia, um compromisso de solidariedade social, em que a "vida do quotidiano" possa ser sinónimo de igualdade de direitos, igualdade de garantias, vivência em fraternidade, contrapondo-se a situações de precariedade, comportamentos de exclusão, violência e exploração, os quais são os meios justificados pelos fins, os quais no essencial se resumem à obtenção de lucro material.

O Bloco de Esquerda lutará sempre pelo respeito ambiental e pela sustentabilidade da economia, subordinada e para as pessoas.

Lutará sempre pelo Direito à habitação, pelo Direito ao trabalho, pelo Direito à saúde, pelo Direito à justiça, pelo Direito à cultura e literacia, pelo Direito à auto-determinação e Liberdade.

No Algarve e no País! No quotidiano e na projeção do Futuro!



